

UJS, UNE e Ubes falam sobre os desafios para 98



Cappelli (UNE), Orlando e Alemão (UJS), Juana (Ubes) e Kerison (UJS)

A União da Juventude Socialista faz um balanço do ano que passou e convoca seu 9º Congresso. A União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas enfrentam o processo neoliberal na Educação

Páginas 4 e 5

A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

EDITORIAL

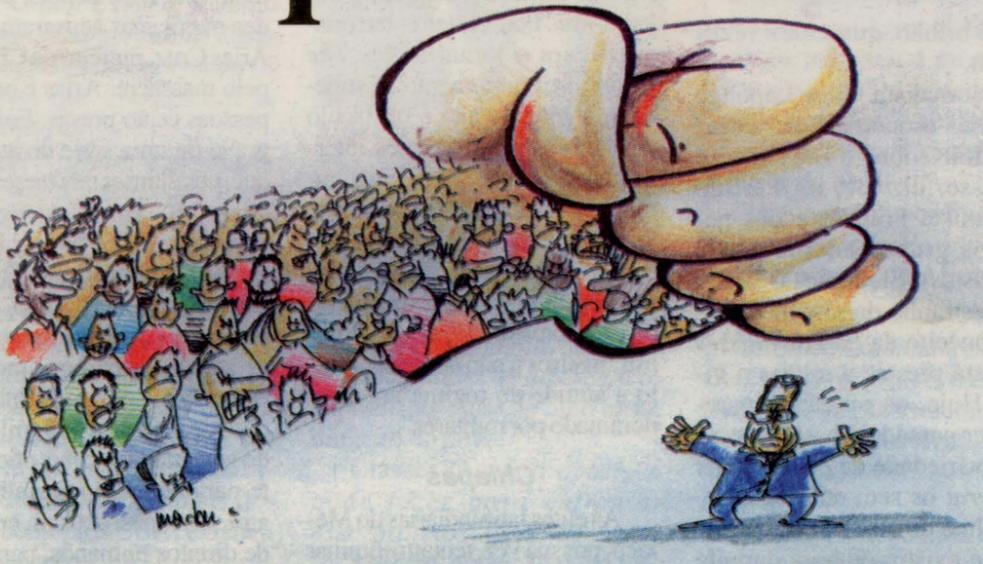
Governo começa o ano com vale tudo eleitoral

Alguns fatos ocorridos nas duas primeiras semanas do ano dão a indicação das grandes atribulações que marcarão 1998. As multinacionais instaladas no Brasil confirmaram que foi dobrada a remessa de lucros para o exterior no ano de 97. A Volkswagen, chantageando demissões em massa, conseguiu a adesão de mais de 4 mil operários ao seu programa de demissão voluntária, e cortou direitos trabalhistas. A pretexto de combater o desemprego, a maioria de patrões e latifundiários que integra o Congresso Nacional – sintomaticamente, apoiadores do governo – aprovou legislação sobre trabalho temporário, que incentiva demissões e suprime conquistas históricas dos trabalhadores. As bolsas de valores continuaram em crise – em especial as asiáticas –, motivando o governo FHC a adiar a redução dos juros (as maiores taxas do planeta).

Já no início do ano eleitoral, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou que o Ministério da Saúde só libera verbas já aprovadas pelo Congresso se houver “acordo político”. Fernando Henrique mobilizou seus liderados no Congresso para abafar a denúncia. Os ministros da Saúde, Carlos Albuquerque, e dos Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos, diretamente envolvidos, foram mantidos no cargo, e um assessor demitido, num exemplo de “moralidade pública” que deve se aprofundar nos próximos meses. A chamada grande imprensa, acumpliciada com o governo, rapidamente tirou o assunto das manchetes, e o substituiu pelas “realizações” governistas. Mesmo escândalos que atingem diretamente amplas camadas da população, como a falta de vagas para os estudantes nas escolas públicas, são relegados ao esquecimento.

Em contrapartida, os partidos oposicionistas têm multiplicado seus encontros em busca da unidade necessária para derrotar o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. O Partido Comunista do Brasil já manteve contatos com o PT, PDT, PSB e personalidades políticas visando concretizar essa unidade. Uma reunião dos presidentes dos partidos de esquerda deve ocorrer ainda antes do Carnaval. Na opinião do PCdoB, a união da esquerda é a base fundamental para a construção da frente de oposição ao neoliberalismo. É o grande desafio político que está colocado em todo o país.

“Com o povo na rua, não há quem fique indiferente”



Analisando a situação do país e o rolo compressor governista no Congresso, como o contrato temporário de trabalho, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) destaca a importância da unidade da esquerda e da formação de ampla frente contra o neoliberalismo para, com o povo na rua, derrotar os planos continuístas de Fernando Henrique Cardoso

Página 3



Manifestante protesta contra barbárie capitalista na França

Franceses exigem política de empregos

Milhares de manifestantes ocupam as ruas de Paris e das principais cidades

francesas exigindo uma política de geração de empregos

Página 2



Operários da Volkswagen saem do trabalho

Volks corta empregos para reestruturar a produção

“A Volks está malandramente tentando aproveitar da situação para iniciar seu processo de reestruturação”, denuncia o presidente do Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC. A multinacional abriu programa de demissão voluntária e está cortando benefícios.

Página 7

A obra fundamental de Capiba



GDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Última página



A civilização se esvai em sangue

José Carlos Ruy

O extermínio sistemático de pessoas, atterradoramente constante, parece a marca mais visível da crise de civilização atual. Diferenças políticas, de credos, ou mesmo o acerto de contas entre pessoas que vivem nas franjas da sociedade acabam em desfechos sangrentos.

Nos últimos meses, a campeã desse torneio macabro é a Argélia - famílias inteiras de camponeses são exterminadas a tiros, golpes de facão, degola. Durante o ramadã, mês sagra-

do para os muçulmanos (que coincide com o mês de janeiro), já foram mortas mais de 1.100 pessoas. A onda de violência começou em 1992, quando o governo do presidente Liamine Zeroual cancelou uma eleição que fora vencida, no primeiro turno, por uma coalisão de partidos islâmicos, a Frente Islâmica de Salvação. Zeloual colocou as organizações islâmicas na ilegalidade. Desde então, perto de 75 mil pessoas já foram assassinadas no país. Organizações de direitos humanos acusam as próprias Forças Armadas de en-

volvimento, acobertamento ou conivência com as matanças. No início do ano, dois ex-policiais argelinos pediram asilo na Inglaterra, e denunciaram os militares de promover os massacres. A maioria das chacinas ocorre em regiões onde prevalecem os eleitores da FIS.

A União Européia, os EUA e os países árabes passaram a exigir providências do governo argelino para proteger a população. O governo norte-americano e os países europeus pressionam a Argélia para aceitar a visita de uma comissão de inspeção da ONU. Para o governo argelino, a presença de missões estrangeiras seria uma "interferência gritante em nossos assuntos internos", como disse o chanceler Ahmed Attaf, aceitando contudo uma delegação internacional com o objetivo de "confrontar o terrorismo". Para o jornal inglês *The Guardian*, o argumento da soberania nacional "não é obstáculo absoluto às preocupações internacionais quando os direitos humanos são violados". Entretanto, lembra o jornal, "a verdade é que a Argélia fica sobre vastas reservas petrolíferas, o que traz efeito oposto: convence alguns governos estrangeiros a não contestar muito a atitude do regime argelino, dominado por militares".

Chiapas

As elites latifundiárias do México, por sua vez, tentam eliminar à bala o problema da terra e as reclamações das populações indígenas. No dia 22 de dezembro, 46 indígenas tzotzil (a maioria mulheres e crianças, inclusive um



Parentes de vítimas do massacre, em Sid Ahmed

bebê de dois meses) foram mortos e 25 foram feridos a tiros por uma milícia paramilitar no povoado de Acteal, em Chiapas. Eles participavam de uma festa religiosa quando foram atacados, ao meio dia. Dias depois, autoridades mexicanas acusaram Jacinto Arias Cruz, prefeito de Chenalhó, pelo massacre. Arias e outras 16 pessoas estão presas. Foi o mais grave de uma série de atentados que, nos últimos três meses, já mataram 150 pessoas na região. Lideranças zapatistas e a Diocese de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, acusam o PRI, partido do governo, por apoiar e financiar as forças paramilitares. Em novembro, o grupo paramilitar Paz e Justiça recebeu 575 mil dólares do governo mexicano, oficialmente para aplicação em atividades agrícolas mas, acusam entidades de direitos humanos, para financiar o combate aos zapatistas.

São Paulo

As chacinas tornaram-se rotina também nos fins de se-

mana na periferia pobre de São Paulo. Em 1997, ocorreram 47 chacinas na Grande São Paulo (25 na capital). Quase uma por semana. Elas deixaram 162 mortos, a maioria trabalhadores sem passagem pela polícia. Apenas 23 foram esclarecidas e, dos 53 assassinados, apenas 24 estão presos.

O Estado burguês torna-se cada vez mais o organismo de gestão dos interesses exclusivos das classes dominantes, afastando-se de funções que, no passado recente, fora obrigado a assumir para atender demandas populares. O reflexo disso é variado - os serviços públicos de educação, saúde e assistência social são cada vez mais precários. As mortes por atacado mostram que mesmo o exercício da violência pelo Estado parece claudicar, e é assumido por milícias privadas, com a cumplicidade e a conivência oficiais.

Luta por emprego sacode a França

Num artigo recente, um jornalista francês admirou-se com a volta da luta de classes na França, na forma das crescentes manifestações de desempregados, uma onda que já envolve mais de 40 cidades em protesto contra a política econômica oficial, o desemprego e a precariedade da ajuda pública aos que perderam o trabalho. Uma pesquisa feita no fim do ano mostra que o movimento tem apoio de 70% dos franceses. Na primeira semana de 1998, 23 escritórios do Departamento do Bem Estar Social foram ocupados por desempregados que exigem o pagamento de U\$ 500 de bônus de Natal e o aumento da ajuda de custos que recebem.

As manifestações se repetem, e crescem. No dia 13, paralisaram várias cidades. Em Paris, reuniu 10 mil pessoas, mesmo número reunido em Marselha. Houve confronto com a polícia em vários lugares, e a oferta do governo de Lionel Jospin de um bônus extra (cujo total alcançaria 164 milhões de dólares) foi vista como uma piada pelas entidades de desempregados (só para atender à solicitação de 500 dólares seriam necessá-

os 1,5 bilhão, quase dez vezes mais!).

O jornalista Giles Lapouge acusa a "esquerda linha dura" de saltar sobre o movimento (trata-se, diz ele, do Partido Comunista Francês e dos pequenos grupos anarquistas e trotskistas). Ele indica o "traço mais estranho da revolta: o velho conceito da *luta de classes* (...) está prestes a mudar o visual. Hoje, os operários parecem ter passado o bastão a essa nova variedade de *condenados da terra*: os sem emprego."

A luta de classes nunca deixou de existir, embora durante um breve período de tempo deixasse de ter manifestações visíveis. A luta contra o capital é a luta de todos os que, sem outros meios de vida, são obrigados a vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Seja no chão da fábrica, seja em qualquer outra posição (exceto, é claro, os cargos de direção, monopolizados pela burguesia como função de classe) na produção - como, aliás, notou Engels numa das reedições do *Manifesto do Partido Comunista* e como confirmam, hoje, as faixas e cartazes dos trabalhadores franceses.

Mensagens recebidas

O Partido Comunista do Brasil agradece e retribui as mensagens de fim de ano recebidas:

Governadores: Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco; Cristovam Buarque, governador do Distrito Federal

Partidos e Entidades Democráticas e Revolucionárias (Estrangeiras): PC da China; PC de Cuba; PC do Vietnã; Partido do Trabalho da Coreia; Frente Democrática Nacional da Coreia do Sul; PC Português; PC dos Bolcheviques da Rússia; Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre; PC do Peru - Pátria Roja; FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo; Novo PC da Macedônia; PC da Argentina; PC da Áustria; PC Colombiano (ML); PC da Dinamarca (M-L); PC da Grécia; PC da Índia (M); PC da Inglaterra; PC da Noruega; PC da Suécia (ML); PC do Canadá; PC do Canadá (M-L); PC do Japão (Esquerda); PC do Sri Lanka; PC dos Estados Unidos; PC Revolucionário da Inglaterra (ML); Partido Marxista-Leninista da Alemanha; União Democrática Popular - UDP (Portugal); Partido Comunista Sírio; Partido Comu-

nista Marxista-Leninista - KPML(r) - Suécia; PC dos Povos da Espanha; Suzane Marty - Comitê para Anistia dos Presos Políticos da Albânia - França; Nexhmije Hoxha - Albânia

Embaixadas e Consulados: Embaixador da República Popular da China; Embaixada da República Popular Democrática da Coreia no Peru; Consulado Geral de Angola; Embaixada da República do Iraque; Embaixador e Senhora Musa Amer Odeh - Chefe da Delegação Palestina no Brasil

Sindicatos: SINDIBEL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte; Sindicato dos Bancários da Bahia; SINTRAS - Sindicato dos Trabalhadores de Saúde - RR; SESE-SE - Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Cursos de Formação do Estado de São Paulo

PCdoB: deputados federais: Aldo Rebelo (SP) Aldo Arantes (GO); Haroldo Lima (BA); Ricardo Gomyde (PA); Socorro Gomes (PA); deputados estaduais: Eron Bezerra (AM); Jamil Murad (SP); Jussara Cony (RS); vereadores: Davi Ramos (Americana-SP); Juliano Siqueira (Natal-RN); Sandra Batista (Belém - PA);

Diretórios estaduais do PCdoB: MG, PE, RN, RS, SP

Organizações Diversas: Central Única dos Trabalhadores - CUT; MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Assessoria Especial para Juventude; Coopermetro de São Paulo - Cooperativa Pró-Habitação dos Metroviários; Coordenação Socialista Latino-Americana - C.S.L.; Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança; Associação Coreana para o Intercâmbio de Publicações

Personalidades: Paulo Nogueira Bastista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas; José Dirceu - Presidente do PT; deputados federais: Luiz Eduardo Greenhalgh-PT-SP; Rita Camata-PMDB-ES; senador Gerson Camata; Benedito Figueiredo - secretário geral do PMDB/SE; Jayme Gimenez - deputado estadual - São Paulo; Murilo Campos - vice-presidente da CESP/Engenheiros - PL; Miguel Felício - vereador; Thamar e Lucas; Luiz Pingarilho; Lucília Ruy; Juan Adolfo Finger; Regina e Mauro Benevides

Empresas: MFM - Tradução Simultânea e áudio visual; Vídeo/Noir

Promoção Especial



Faça ou renove sua assinatura anual de 30 publicações do jornal **A Classe Operária**, por apenas R\$ 30,00.

Ligue (011) 604 4140 / 606 0412 e deposite no Banco Itaú, ag. 0251, Conta corrente 48676-7

Formas de pagamento:

- Cheque nominal à Empresa Jornalística **A Classe Operária**
- Vale Postal

- Cartão Credicard/Diners nº _____ Validade: _____

Nome: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Data de Nascimento: _____

EXPEDIENTE

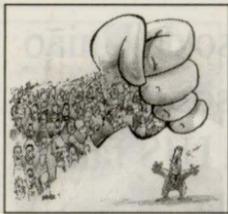
Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Secretária:** Gabriela Mendonça

Editoração Eletrônica: Marco Black - **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo.

Publicação quinzenal da **Editoria Jornalística A Classe Operária**
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4040 - Fax: (011) 606 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br



A política de resistência ao neoliberalismo pode alcançar importantes vitórias, se a unidade das esquerdas se consolidar como núcleo da frente contra o governo FHC e grandes mobilizações populares forem organizadas. É o que afirma o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP)

Unidade da esquerda é a base para ampliar a oposição

Classe: Como você analisa o recente rolo compressor governista no Congresso?

Aldo Rebelo: Preliminarmente, é importante verificar que essas vitórias ocorrem num momento de dificuldades vividas pelo Plano Real, aprofundadas com a crise asiática. O governo nega essas dificuldades, mas elas são auto evidentes. A Bolsa de São Paulo desaba a cada queda das bolsas na Ásia. E o programa de ajustes adotado pelo governo deixa o país ainda mais vulnerável e fragilizado. Agora o governo reconhece que o país vive uma situação difícil, mas usa isso para tentar justificar perante o eleitorado suas reformas anti-populares. Assim os parlamentares governistas utilizam esse discurso mentiroso para ludibriar os eleitores, num ano em que terão que enfrentar as urnas.

Classe: Como a oposição tem reagido a essa situação?

Aldo: A oposição ocupa todos os espaços possíveis para denunciar. O governo omite sua responsabilidade na crise. Desde dezembro de 1993, quando Fernando Henrique apresentou o seu Programa de Estabilização, nós denunciamos o verdadeiro caráter de seu projeto neocolonial e neoliberal, ancorando a moeda ao dólar e fazendo a abertura comercial e financeira. Mas FHC considerava México e Argentina grandes exemplos a serem seguidos, e esses países se deterioraram rapidamente. Agora, não é apenas a CUT, mas também o presidente da Associ-

ação Brasileira de Indústria de Máquinas, Abimaq, Sérgio Magalhães, quem alerta para o fato de que a abertura está liquidando com as empresas de seu setor. E até a Federação Brasileira dos Bancos, Febraban, vem afirmando que o governo não pode continuar a abrir o sistema financeiro para a participação do capital estrangeiro, como vem fazendo! O pior é que o governo não altera, mas aprofunda ainda mais sua política, agravando os elementos que conduziram ao atual impasse.

Classe: Quais são os objetivos das reformas que o governo está aprovando no Congresso?

Aldo: O caso do contrato temporário, é escandaloso. A pretexto de defender empregos, o governo facilitou as demissões! Participei de um debate com o ministro Pedro Malan, em que ele afirmou que, onde os direitos trabalhistas são mais flexíveis, como nos EUA, existem mais empregos, e já nos países onde existem maiores garantias para os trabalhadores, como na Europa, o desemprego é maior. Mas eu perguntei a ele: como explicar a Espanha, com a maior taxa de desemprego do mundo, de 22%, e com 17 tipos de flexibilização do trabalho? Outro exemplo que citavam muito era a Ásia, onde os salários eram mais baixos, e o trabalho mais flexível. Mas é justo na Ásia que está tudo estourando! Os próximos alvos do governo são a Previdência e a reforma Adminis-



Aldo: "vitória é possível"

trativa. Os objetivos são diminuir os direitos dos aposentados e do funcionalismo, e transferir patrimônio público para o setor privado – no caso da Previdência, dentro de alguns anos serão 200 bilhões de dólares, e os capitalistas estão de olho nesse dinheiro do povo.

Classe: O que a oposição pode fazer para enfrentar esse projeto?

Aldo: A oposição deve reafirmar seu programa. Desmascarar e combater essas reformas e contrapor um conjunto de medidas que vão no sentido da Constituição de 1988: democratização crescente da sociedade, reforço da soberania nacional e ampliação dos direitos dos trabalhadores e da população. Uma plataforma de resistência ao neoliberalismo, unindo todas as forças que tenham algum grau de oposição ao projeto neocolonial e neoliberal da Fernando Henrique Cardoso. Construir,

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

O primeiro semestre deste ano vai exigir do movimento popular e sindical, grande empenho na luta de resistência ao projeto neoliberal.

24 de janeiro

Dia do Aposentado

8 de março

Dia Internacional da Mulher

31 de março a 4 de abril

Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag

4 e 5 de abril

Congresso Extraordinário da Confederação Nacional das Associações de Moradores

(Conam), em Aracaju

18 de abril

Início da plenária final do 9º Congresso da União da Juventude Socialista

Abril

Plenária Nacional da Corrente Sindical Classista

15 a 18 de abril

Fórum paralelo da Alca e início da Marcha Global contra o Trabalho Infantil

1º de maio

Marcha contra o desemprego no Dia do Trabalhador

10 e 11 de maio

Seminário Nacional da Unegro

em torno da candidatura oposicionista à Presidência da República, esse amplo movimento.

Classe: É possível derrotar o projeto continuísta de FHC?

Aldo: A mais ampla unidade é a garantia para a nossa vitória. Na construção da candidatura presidencial oposicionista, é fundamental a unidade das correntes de esquerda, como sua base. E para a construção dessa unidade estão sendo dados passos decisivos pelo PCdoB, PT, PDT e PSB, que têm reafirmado a disposição de manter e aprofundar a ação unitária e ampliar o leque político. Fernando Henrique está causando enormes prejuízos para a população brasileira. Alguns fatos são escandalosos. Em todo

o país, existe uma luta desesperada por vagas nas escolas públicas. Aumentou em 400% a ocorrência da dengue, demonstrando o crime que vem sendo cometido contra a saúde pública. Há uma contra-reforma agrária em curso, com as propriedades rurais familiares desaparecendo. São acontecimentos que podem mobilizar amplas massas. No ano passado, a grande marcha popular em Brasília, realizada no mês de abril, deixou preocupados os setores governistas. Agora mesmo estamos assistindo grandes manifestações na França, contra a política neoliberal. Com o povo na rua, a luta muda de qualidade, e a vitória é absolutamente possível. Com o povo nas ruas, não há quem fique indiferente.

Os que lucram com a crise

Carlos Pompe

A remessa de lucros e dividendos do Brasil para o exterior bateu recorde no ano passado: 6,5 bilhões de dólares. A informação é da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização da Economia. Os dados confirmam as denúncias da oposição popular: a chamada globalização aumenta a concentração de rendas e a transferência de riquezas para os países imperialistas.

Dos 6,5 bilhões de dólares, cerca de 5 bilhões são lucros das empresas multinacionais instaladas no Brasil que são remetidos para as matrizes - negando mais uma falácia da chamada globali-

zação: a produção pode se espalhar por todo o mundo, mas os lucros vão para os países de origem das empresas "globais". O restante refere-se a dividendos dos investidores estrangeiros.

Paraíso dos exploradores

O presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, Daniel Miller, celebra que "enquanto a crise financeira mundial se acalma, existem indícios crescentes de que o Brasil surgirá como um candidato ainda mais forte para os investimentos diretos estrangeiros". Em 1996 os lucros das multinacionais alcançaram mais de 2 bilhões de dólares, e no ano passado aumentaram em 104%.

Com a nova onda de demissões que as empresas estão implementando no país, os operários estão sendo forçados a aceitar acordos reduzindo salários e benefícios. Muitos dos acordos desrespeitam a legislação trabalhista, mas são aplaudidos pelo governo como sinal de "amadurecimento" dos trabalhadores.

Buscando beneficiar ainda mais os investidores estrangeiros, o governo FHC mantém as taxas de juros em patamares estratosféricos, e patrocina a liquidação do patrimônio público com as privatizações. O resultado mais imediato das privatizações tem sido o desemprego, como na Companhia Vale do

Rio Doce, que demitiu 3.300 funcionários desde que foi privatizada, em maio do ano passado.

Apostando na reeleição

Sob o Real de FHC o Brasil é um paraíso para o capital estrangeiro. Levantamento feito pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento sobre os investimentos no mundo em 97, indicou que para o Brasil vieram 9,5 bilhões de dólares, ficando atrás apenas da China (42,3 bilhões de dólares) entre os chamados países em desenvolvimento. Os principais investidores são os EUA. São esses investimentos que estão tendo os maiores retornos propiciados pela política

econômica de FHC, enquanto o país mantém-se campeão da má distribuição de renda, atinge a mais alta taxa de desemprego de sua história e garante as mais altas taxas de juros do mundo.

Com certeza não vai faltar dinheiro para financiar a campanha de reeleição de FHC. Como afirmou o presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, "o governo está seriamente comprometido com a estabilidade e as bases econômicas são fortes." Lucros altos e garantidos, direitos trabalhistas espezinhados. É a estabilidade e a base econômica desafiada pelo capital estrangeiro e pelos neoliberais. E o que FHC vem garantindo aos seus apoiadores, que o querem reeleito.



No dia 18 de abril terá início a plenária final do 9º Congresso da União da Juventude Socialista. Assembléias de núcleos, congressos municipais e estaduais ocorrerão a partir de março. Dirigentes da UJS falam sobre as perspectivas e desafios da entidade e da juventude

UJS convoca 9º Congresso e debate nova fase de construção

Classe: *Quais foram as principais campanhas da UJS no ano de 97?*

Ricardo Abreu (Alemão): Logo no começo no ano participamos do movimento nacional contra a reeleição. Nos envolvemos na marcha do MST, em Brasília, e na luta contra a privatização da Vale do Rio Doce. No movimento estudantil, afirmamos a UJS como corrente entre os universitários. No XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Cuba, a UJS compareceu com uma delegação de mais de 100 jovens, num total de 450 brasileiros. No segundo semestre, nosso esforço se voltou para a mobilização e preparação do Congresso da Ubes com a proposta "Inimigos do Rei", também vitoriosa, revelando que entre os secundaristas está nosso maior potencial de crescimento. A campanha do "Ano Che Guevara - socialismo com a nossa cara" foi realizada com atividades de propaganda e debates. No final do ano, nossa maior vitória foi a participação no Encontro Popular e na Marcha pelo Emprego, tivemos mais de 600 participantes presentes. Foi o ano do relançamento político da UJS, faltando talvez mais atividades propriamente juvenis, campanhas para a juventude, e também maior organicidade para a entidade. Somos mais uma corrente do movimento estudantil que propriamente uma organização consolidada e com núcleos. É preciso avançar ainda na captação de recursos e sua melhor administração.

Orlando Silva Jr.: Devíamos assinalar, também, a nova experiência que estamos tendo no campo das relações internacionais. A UJS, que não tinha tradição de uma relação internacional ampla, tem avançado. Desta vez estivemos em Portugal, no Chile, em Cuba e com diversas organizações políticas do mundo inteiro, o que é sempre uma referência para a elaboração de políticas para a juventude. 97 foi o ano em que a UJS sofreu o seu mais duro golpe - a traição do seu presidente Lindberg Farias. Ex-presidente da UNE e militante da UJS e do PCdoB, foi de encontro à política que a UJS defende, uma política mais ampla, de solidariedade internacionalista maior, passando a criticar Cuba, com

uma visão estreita da política do país. Saiu da UJS mas não causou maiores impactos na organização.

Classe: *O que mudou na UJS depois do seu relançamento no 8º Congresso?*

Alemão: A UJS é uma organização juvenil, política, de massas, da juventude brasileira, mas também é uma organização dirigida política e ideologicamente pelo PCdoB. O Partido resolveu investir mais no trabalho de juventude e relançar a UJS. Seu marco inicial é o 8º Congresso de julho de 1996, quando reorganizou-se a sua direção nacional. Temos hoje a militância mais expressiva na área de juventude entre todos os partidos, apesar dos problemas (precisamos consolidar o trabalho das direções, enraizar o trabalho nos núcleos).

Orlando: Após o relançamento, o que muda essencialmente da UJS, além da decisão partidária que altera de fundo nossa intervenção na juventude porque o militante comunista milita na UJS, é o fato de termos consolidado a entidade, que hoje faz parte do cenário político e isso é um grande êxito. Desde a conquista do voto aos 16 anos na Constituinte, talvez principal marca da UJS, nós não conseguimos manter o mesmo nível, a projeção política e a força real dessa intervenção no cenário político. É por isso que esse foi o Congresso de relançamento. Conseguimos reprojeter a UJS e ocupar esse espaço que existe para a juventude brasileira.

Classe: *Quais os principais problemas na implementação desse novo projeto?*

Orlando: Precisamos ter mais campanhas juvenis, ter uma identidade com a juventude brasileira que consiga articular os problemas mais sentidos por ela e expressá-los em bandeiras capazes de mobilizar não só os estudantes mas também outras parcelas da juventude. A UJS ser mais do que uma corrente do movimento estudantil é o grande desafio.

Alemão: Hoje, o nosso problema central, é a discussão de uma estratégia de construção de uma organização juvenil que consiga, ao mesmo tempo, atuar no movimento estudantil, levar a luta contra o neoliberalis-



Alemão e Orlando: novos desafios para a UJS

mo e expandir sua atuação para outras frentes - entre os trabalhadores, na juventude popular, nos bairros, realizar atividades com temáticas juvenis. Essa será a discussão principal do nosso 9º Congresso que acontece de 18 a 21 de abril de 98.

Kerison Lopes: Precisamos falar mais a mesma língua da juventude, principalmente da juventude popular - essa é uma parcela interessante, produz muita coisa e está se organizando. No final de 97 aconteceu um encontro de Rap dos Racionais - "Zumbi contra a violência" - com músicas que falam da realidade desses jovens. De outro lado, a Igreja atrai a massa de jovens excluídos, tem ainda os jovens que se engajam em campanhas de prevenção à AIDS, de cultura ... Precisamos achar a nossa forma de atuar junto a esse pessoal e ter uma direção da UJS mais ligada e identificada com essa juventude que não tem nada a perder e está disposta para a luta.

Classe: *A UJS está ganhando para esse novo projeto?*

Alemão: O 9º congresso da UJS, ao pautar o tema de sua identidade e sua estratégia de construção como principal debate, visa discutir as opiniões sobre o que deve ser a UJS. Precisamos construir uma entidade que se baseie no socialismo científico, uma forma de organização juvenil de acordo com a realidade do Brasil de hoje.

Orlando: É necessário ter uma entidade com essas características, uma organização autônoma, porque é o mais avançado e porque permite ter uma

dinâmica que esteja mais de acordo com a dinâmica da juventude. Uma organização como a UJS que queremos construir é um projeto novo, inédito.

Kerison: O 9º Congresso será o momento de estabelecer um debate profundo e de alto nível. Um Congresso aberto para a participação da nossa militância, com muita discussão. Devemos aproveitar para discutir as eleições de 98. A UJS vai apoiar candidatos, se mobilizar, puxar a campanha. Debater sobre a organização da UJS e diversificação de suas atividades. E é fundamental que no período anterior ao Congresso ocorram discussões nos núcleos, nas cidades e nos Estados, esse é o caminho da unidade.

Classe: *E o trabalho da UJS em outras frentes que não a estudantil?*

Orlando: Acho que um caminho para diversificar é atuar entre os estudantes. Estudante mora em bairro popular, é trabalhador - a metade dos estudantes do Brasil é trabalhadora. Precisamos consolidar nosso trabalho entre os estudantes e daí ampliar para outras frentes. É um manancial que precisamos saber usar melhor. Vamos criar campanhas que envolvam outros setores. Acho importante uma campanha de emprego para juventude que não seja somente uma campanha de estudantes, ou uma campanha por emprego para jovens que já estão no mercado de trabalho, são sindicalizados ou perderam o emprego - isso as entidades e sindicatos fazem.

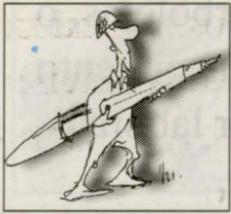
Existe uma quantidade enorme de jovens que lutam pelo primeiro emprego - uma massa de jovens que, muitas vezes, até conclui o 2º grau, não entra na universidade e está no mercado informal ou é excluído do mercado profissional, uma parcela de excluídos que nos precisamos mobilizar.

Alemão: Desde a fundação da UJS, em 84, houve várias tentativas de nos inserirmos em outros setores juvenis, entre os trabalhadores e nos bairros, principalmente. Para ampliar, acho que um passo importante é fazer com que os jovens do Partido, sindicalistas, os que atuam no movimento comunitário passem a atuar na UJS. Estudar a criação de comissões e direções próprias para a frente popular e sindical, elaborar política e atrair militantes dessas áreas.

Classe: *Qual o principal problema da juventude no Brasil?*

Alemão: Acho que é a falta de perspectiva de realização pessoal e profissional. A juventude encontra uma escola pública sucateada que desmotiva o estudante, mas condições de saúde e só consegue uma grana em subempregos.

Kerison: A juventude sofre com a realidade social do país e o ataque neoliberal à educação pública, à saúde e aos direitos sociais. O desemprego, hoje o principal crime cometido contra os jovens, vai ter resposta. As bandeiras já existem, agora é colocar a mão na massa. Em 98, com as eleições, a participação tende a aumentar.



Os presidentes da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas falam dos desafios que suas entidades enfrentarão na luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade e a participação nas campanhas eleitorais em 1998

Estudantes querem derrotar o processo neoliberal na Educação

Classe: Qual é a situação da educação hoje no Brasil?

Ricardo Cappelli, presidente da União Nacional dos Estudantes: Talvez esse seja o pior momento do ensino superior no Brasil. Ao longo da nossa história não houve nenhum governo que ousasse atacar tanto a universidade pública. O questionamento da gratuidade nunca foi tão concreto - além de fazer uma campanha ideológica e de mídia a favor da cobrança de mensalidades o governo tem tomado medidas concretas para viabilizá-la. Nas escolas particulares, a lei de mercado passou a vigorar e o governo liberou as mensalidades escolares. Assim, não só se desresponsabiliza da universidade pública como ataca setores fundamentais para o desenvolvimento do país como ciência e tecnologia. Antes do pacote do final de 97, o governo já tinha anunciado um corte de R\$ 40 milhões para Capes e R\$25 milhões para o CNPq e um dos itens do pacote é o corte de 12,5% nas bolsas de pesquisa, tanto de aperfeiçoamento quanto de iniciação científica. As perspectivas para esse ano são ruins.

Juana Nunes, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas: No ensino secundário, o maior problema talvez seja o esforço que se tem feito para adequar o ensino à lógica neoliberal. A propaganda de que a sociedade precisa sustentar a escola, precisa abraçar a educação como uma responsabilidade dela, que não é mais dever do Estado. Todas as medidas do governo tem esse fundo ideológico.

Cappelli: Isso significa o governo deixar de ser implementador de políticas públicas para ser apenas regulador dessas políticas. O ministro da Educação afirma que mensalidade escolar não é problema do Ministério da Educação e sim do Ministério da Justiça.

Juana: Outro problema muito discutido em 97 foi o da reforma do ensino técnico. Essa rede de ensino é a melhor que temos. O governo quer separar o curso técnico do 2º grau, eles deixariam de qualificar melhor os secundaristas para serem cursos independentes de 1 ou 2 anos onde qualquer um poderia cursar.

Classe: Diante desse quadro, quais as perspectivas de luta para as entidades?

Cappelli: O ano de 98, por ser um ano eleitoral, é muito sensível politicamente. Dificilmente o governo vai aprofundar as reformas educacionais. As lutas se darão no âmbito geral da política, enfrentamento de projetos para o país, incluindo um projeto educacional. Acho que as perspectivas para esse ano apontam para ações como do Encontro Popular do final de 97, unificando as lutas com o conjunto do movimento popular.

Juana: Precisamos aproveitar o ano eleitoral para construir uma plataforma educacional que a gente possa divulgar e defender junto às candidaturas, defender para a sociedade. Além disso, o governo vai tentar implementar o que foi aprovado no ano passado em relação às escolas técnicas, por exemplo. Agora não é mais projeto, a reforma está aí pronta para ser implementada. É preciso estar preparado e animado para "pôr o bloco na rua" e reclamar nossos direitos. Em 28 de março de 98 registraremos 30 anos da morte de Edson Luís e da passeata dos cem mil, 50 anos da Ubes - é uma data histórica e um bom motivo para gritar contra FHC.

Classe: Como a UNE e a Ubes têm trabalhado questões como a cultura, a violência, a AIDS?

Juana: Nossa gestão quer construir uma Ubes mais alegre. As entidades estudantis precisam discutir a situação educacional e política do país, mas devem também lembrar que o estudante é um jovem, inserido nos problemas da sociedade brasileira. Mais que qualquer outra coisa os estudantes gostam de fazer cultura - quase todo grêmio tem festivais, saraus, bandas, grupos de teatro. A Ubes tem que refletir esse jeito do movimento estudantil na sua base. Queremos criar um movimento que debata a questão do acesso à cultura e incentive a produção cultural juvenil que hoje não tem espaço para mostrar seu trabalho. Incentive e discuta formas de fazer cultura na escola, que o ensino abranja aulas de música, teatro... O debate da violência também está acontecendo,

com a Campanha Sou da Paz. Acho que temos que discutir mais questões como a AIDS - somos de uma geração que tem medo da AIDS e tem muito jovem sem informação. A sexualidade, as drogas também fazem parte do dia a dia dos jovens e isso precisa ser abordado de uma forma legal e com a elaboração de políticas públicas para resolver os problemas.

Classe: Qual o eixo da Campanha Sou da Paz?

Cappelli: A campanha é pelo desarmamento e contra a violência. Somente desarmar não resolve o problema. Na composição da campanha temos segmentos distintos que a todo momento discutem o seu rumo, dentre eles a UNE, a Ubes, a DM-9 e a Rede Globo. Acho que a grande vantagem é que ampliamos a atuação das entidades, fortalecendo-as do ponto de vista institucional e na opinião pública.

Classe: A UNE e a Ubes devem atuar conjuntamente com outros setores do movimento popular?

Cappelli: A marcha dos Sem Terra no dia 17 de abril mostrou perspectivas de unidade do movimento social. Foi a partir daí que construímos o Encontro Popular que foi um grande passo. Precisamos avançar mais - ainda temos problemas de estreiteza política e exclusivismo para conseguirmos reunir as entidades. É preciso amadurecer essa relação. A UNE vai fazer o possível para consolidar esse elo no movimento social. Temos que andar cada vez mais juntos daqui para frente.

Juana: Acho que a unidade se constrói na luta, organizando planos de ação conjunta, grandes passeatas que envolvam o movimento como um todo. Foi bom o Encontro acontecer - os partidos políticos não são os únicos a discutir a unidade, unidade para as eleições, o movimento popular também tem que ter esse papel. Precisamos entender que o problema da educação, da saúde, do emprego têm a mesma origem e devem ser atacados em conjunto. Se a gente não se une, não se organiza, não vamos conseguir derrotar o neoliberalismo.



Cappelli e Juana: enfrentar o continuísmo de FHC

Conselho de Educação ameaça suprimir ensino de Filosofia e Sociologia

Lejeune Mato Grosso
Xavier de Carvalho*

O ensino de Sociologia, Filosofia, e também de Física, Química e Biologia estão ameaçados. O Conselho Nacional de Educação (CNE) ameaça suprimir a sua obrigatoriedade no segundo grau, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diversas entidades nacionais estão se mobilizando contra essa perspectiva. O MEC e o CNE são alvos prioritários de luta e de pressão. As entidades envolvidas na luta até o momento são a Federação Nacional dos Sociólogos, Apeoesp, Sinsesp, Fepesp, Sipro/SP, Faeb, Sindicato dos Psicólogos, Simpeem. Está sendo formado um Comando Nacional de Luta, integrado por essas e outras entidades, como a UNE e Ubes.

O artigo 26 da LDB trata da fixação de um conjunto de matérias que valeriam para todos os Estados nos sistemas de ensino público e privado. Para o 2º grau são 1.800 horas, ou 600 horas em 3 anos, e mais 200 horas/ano das matérias chamadas diversificadas e adaptadas às realidades regionais, fixadas pelos Conselhos Estaduais de Educação e, em última instância, pela própria escola, que escolhe as quais são essas disciplinas.

ciso III, deixou claro que os currículos de 2º grau devem introduzir as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Antes de 64, praticamente todas as escolas do país tinham essas matérias. Aos poucos, após o golpe, elas foram sendo retiradas dos currículos.

O CNE está defendendo uma tese nova que fere a LDB, não introduz Sociologia e Filosofia e coloca em risco as disciplinas de educação artística e educação física. A professora Guiomar Namó de Mello, diretora executiva da Fundação Victor Civita, da Editora Abril Cultural, representante no CNE das fundações privadas de ensino, tem dito que a sua "tendência" pessoal não é fixar um conjunto de disciplinas, pois isso seria ultrapassado. O moderno, segundo ela, é fixar "áreas de conhecimento": código e linguagem; ciência e tecnologia e sociedade e cultura. A partir dessas três áreas, cada escola poderia "montar" os seus currículos, as suas grades curriculares, os seus projetos pedagógicos. Com essa perspectiva, até matérias como Física, Química e Biologia poderão ser excluídas.

* presidente da Federação Nacional dos Sociólogos, professor de Sociologia e Ciência Política e sociólogo da Fundação Unesp



A coleta de sangue de indígenas, a cata de besouros e borboletas, o patenteamento de aplicação de produto integrante do conhecimento tradicional indígena, são alguns dos crimes cometidos por laboratórios e indústrias químicas multinacionais na Amazônia

Até sangue dos índios é alvo de pirataria na Amazônia

No dia 4 de dezembro de 97, a Câmara dos Deputados realizou, por iniciativa da deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), o seminário *Biodiversidade e Poder*. O seminário foi uma decorrência dos resultados dos trabalhos da comissão que apurou as denúncias de exploração e comercialização de plantas e materiais genéticos na Amazônia. Ao encerrar o seminário, que contou com a participação de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente e dirigentes e pesquisadores do Museu Emilio Goeldi, Instituto Butantã e Fundação Osvaldo Cruz, dentre outros, a deputada defendeu a necessidade de maiores investimentos na área de ciência e tecnologia, atribuindo ao governo a responsabilidade estratégica de coordenar um programa nacional para conhecimento da nossa biodiversidade.

Comissão pioneira em todo o mundo

A chamada "Comissão da Biopirataria na Amazônia", presidida pela deputada Socorro, foi a primeira no mundo a tratar sobre a biopirataria. A partir dos depoimentos de pesquisadores e autoridades públicas, a Comissão tomou contato com inúmeras denúncias de "biopirataria": a coleta de sangue de membros de comunidades indígenas; a cata de besouros e borboletas; o patenteamento de aplicação de produto integrante do conhecimento tradicional de comunidade indígena; aproveitamento comercial das propriedades do jaborandi; tentativa de apropriação de conhecimento do povo Matsés sobre a utilização de veneno de determinada espécie de rã; desenvolvimento de técnica tradicional para utilização do látex da seringa, em tecido de algodão, de forma a produzir produto conhecido como um "couro vegetal" e a notícia de um pesquisador japonês que circulava no país como turista, para coletar germoplasma vegetal.

A Comissão apurou mais três aspectos relacionados ao acesso a espécies da diversidade biológica da Amazônia: o primeiro refere-se ao ordenamento jurídico nacional, que não se revela eficaz e abrangente no tratamento da questão; o segundo aspecto diz respeito ao que muitos pesquisadores assinalaram como sendo a debilidade das instituições brasileiras na

execução de convênios firmados com instituições estrangeiras, transformando os pesquisadores brasileiros em meros "coletores" de materiais, que são remetidos ao exterior, sem que o país exerça controle eficaz sobre a retirada indiscriminada de recursos biológicos e de conhecimentos tradicionais e sem que desenvolva esforços suficientes para o aprimoramento de pesquisas científicas compatíveis com a realizada por seus pares estrangeiros; e o terceiro aspecto refere-se à orientação política que o governo federal tem seguido na condução de suas ações na área da diversidade biológica, destacando-se as implicações que poderão advir do "Programa brasileiro de ecologia molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia - PROBEM" e da "Iniciativa Biotrade", implementada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Monopólio da biotecnologia

Por biopirataria entende-se o uso da propriedade intelectual para legitimar a propriedade e o controle exclusivo dos recursos biológicos e genéticos, e do conhecimento tradicional associado, sem que se reconheça, recompense ou proteja os direitos dos inovadores informais (comunidades tradicionais, sociedades indígenas, e a nação, em última instância), e sem que se atendam às condições legais para acesso aos recursos da biodiversidade, com consequências lesivas para o país como um todo.

Na lógica atual do mercado global de recursos biológicos e de produtos daí derivados, o valor dos conhecimentos tradicionais é irrisório, tanto quanto o dos próprios recursos. A propriedade é retida por quem desenvolve os produtos e os lança no mercado. Um controle exercido hoje por poucas corporações transnacionais que monopolizam o mercado de produtos da biotecnologia. Com a recente entrada em vigor da nova Lei de Propriedade Intelectual, o Brasil passa a concordar com regras de jogo que permitem a continuidade de um sistema de apropriação indevida de direitos e recursos biológicos, e sustentam juridicamente o monopólio dos direitos sobre os usos da biodiversidade.

Um dos muitos casos apurados pela Comissão foi o da

coleta de sangue dos índios Karitiana e Suruí, de Rondônia, para compor banco de DNA da Coriell Cell Repositories, empresa americana que anuncia as amostras de sangue pela Internet. É possível adquirir amostra de DNA de crianças, adolescentes, mulheres, homens e anciãos daquelas comunidades. O sangue Suruí também compõe banco de amostras (ABI Linkage Panels) do Laboratório administrado pelo pesquisador Kenneth K. Kidd, titular do Departamento de Genética da Faculdade de Medicina da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. As populações Karitiana e Suruí são objeto também de estudos descritivos realizados pela equipe liderada por Ken Kidd, e amostras de seu sangue estão disponibilizadas para referência em pesquisas. O Consórcio do Cromossoma Y também disponibiliza em seu Repositório amostras de DNA Suruí e Karitiana, para venda, através do Laboratório de Sistemática Molecular e Evolução, da Universidade do Arizona.

Virgínia Eugênia Halser Peña, assessora da FUNAI, denunciou, em seu depoimento à Comissão: "Existe um exemplo sobre uma pesquisa que foi feita a



Deputada Socorro Gomes

partir dos índios karitianos. A FUNAI autorizou uma equipe da Yorkshire Television para fazer um documentário nessa terra. Em conjunto com essa equipe de TV entraram pessoas que coletaram sangue dessa comunidade. Então, também é um caso de polícia e já estamos seguindo esse processo."

É necessário calcular a "perda Brasil"

Os trabalhos da comissão demonstraram que o Brasil, por sua riqueza biológica e cultural, é um ímã natural de atração das empresas de biotecnologia. O Brasil tem servido como provedor de matéria-prima e de co-

nhcimentos, que são incluídos a título gratuito nos orçamentos de bilhões de dólares das empresas que dominam este mercado em expansão.

Na opinião da deputada comunista e da comissão "é imprescindível que esta situação mude. Não se pode admitir que as regras do jogo permaneçam como estão. Temos uma legislação que regula as expedições científicas que não dispõe de parâmetros adequados para tratar das refinadas técnicas de bioprospecção e etnobioprospecção. Temos uma legislação indígenista desatualizada. Temos uma legislação sobre biodiversidade que não incorpora as novas regras adotadas pela Convenção da Biodiversidade."

O Brasil tem diante de si um desafio inigualável. É o país megadiverso por excelência, e é, dos países em desenvolvimento, provavelmente aquele que detém maior capacidade instalada em termos de instituições de pesquisa, e de cientistas na área biológica. Fala-se tanto em "custo Brasil", mas pouca importância se dá ao que representa a sangria de nossos recursos naturais e conhecimentos associados — é preciso que se comece a calcular a "perda Brasil".

Amazonino mentiu no processo de compra de votos

Sebastião Raposo

Uma fita com o discurso do deputado Belarmino Lins (PTB), durante a campanha eleitoral de 1996 para a prefeitura do município de Boca do Acre, é a prova apresentada pelo deputado estadual Eron Bezerra (PCdoB/AM) para mostrar que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, mentiu à Comissão da Câmara Federal. A comissão apurou seu envolvimento na compra de votos para facilitar a aprovação da emenda que permite a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

Em maio, o governador declarou que não tinha ligações, mesmo que superficiais, com os deputados Ronivon Santiago e João Maia, do Acre, que o acusaram de ter patrocinado a compra de votos. Entretanto a declaração também foi falsa. E isso ficou demonstrado no discurso de Belarmino Lins, aliado de Amazonino Mendes, durante a campanha eleitoral de 1996 para

Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Segundo ele, em audiência no Palácio do Governo, o governador havia apresentado Ronivon Santiago como um grande aliado do Amazonas. E, eufórico, Belarmino Lins afirmou que, caso fosse eleito, teria o apoio do deputado federal Átila Lins, Belarmino Lins, Ronivon Santiago e Amazonino Mendes.

"O governador conhecia muito bem e há muito tempo o deputado Ronivon Santiago", comentou Eron Bezerra que, juntamente com outros deputados que integram o bloco de oposição na Assembleia Legislativa do Amazonas, propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o envolvimento do governador no episódio. A proposta foi rejeitada pela maioria aliada ao governador.

Mesmo assim, a sociedade reagiu. Contendo duas mil assinaturas, foi entregue na Assembleia Legislativa pelo Fórum pela Ética na Política, um projeto de lei de iniciativa popular propondo a instalação de uma comissão

para as denúncias contra o governador. Novamente a proposta foi rejeitada pelos aliados de Amazonino Mendes que, para isso, por iniciativa de Belarmino Lins, tornaram sem efeito o artigo da Constituição Estadual que permitia à sociedade apresentar projeto de lei nesse sentido.

O governador do Amazonas continua com a prática de testas-de-ferro como forma de ampliar seu patrimônio particular, através da apropriação de recursos públicos. Outra fita cassete apresentada pelo deputado Eron Bezerra mostra que o esquema não está restrito à capital.

Em entrevista à *Rádio Eu e Você* o prefeito João do Vale, de Boca do Acre, afirma que o governador montou a rádio, comprou os equipamentos e lhe entregou para administrar.

"O prédio da rádio é do Amazonino. Vocês procurem saber dele quanto foi investido na construção. Eu sou apenas o interlocutor, intermediário e responsável pela rádio", afirmou o prefeito em entrevista que foi ao ar no dia 10 de outubro.



A ameaça da Volkswagen de demitir 10 mil funcionários foi combatida pelos trabalhadores. Por conta dos acordos com o Sindicato, as demissões, por enquanto, estão descartadas, mas vários direitos trabalhistas foram colocados sobre a mesa de negociação

Volks diminui demissões mas corta direitos

Cláudio Gonzalez

O pacote de ajuste fiscal, lançado pelo governo no início de novembro, precipitou a ameaça de demissões em massa por parte de alguns setores da economia, principalmente as indústrias automobilísticas. Assesores econômicos alertaram as empresas sobre as possíveis quedas nas vendas geradas pelo caráter recessivo do pacote (que aumentou imposto e elevou as taxas de juros). E, como é de praxe, a solução apontada pelos "técnicos" para a manutenção da lucratividade das empresas foi o corte de despesas com funcionários.

A Volkswagen de São Bernardo do Campo propôs redução de 20% nos salários e equivalente diminuição na jornada de trabalho. E chantageou: caso os trabalhadores não aceitassem a proposta, 10 mil funcionários seriam mandados embora. A proposta indecente que a multinacional alemã apresentou em dezembro não teve vida longa graças à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Duas alternativas já foram fechadas: a abertura do programa de demissões voluntárias e a ampliação do banco de horas, sem redução salarial.

Demissões voluntárias

No caso das demissões voluntárias, as adesões superaram as expectativas tanto da Volks quanto dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté. A meta da empresa era conseguir a adesão de 3.150 funcionários. Ao encerrar o prazo para as demissões voluntárias, no dia 9 de janeiro, 4.062 trabalhadores haviam aderido ao "pacote de vantagens" (cerca de meio salário por ano trabalhado, mais os direitos rescisórios de praxe e ainda três meses de assistência médica) que lhes foi oferecido pela Volks.

Segundo Júlio de Grammont, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a adesão de um número grande de pessoas ao Programa de Demissão Voluntária facilita as negociações com a empresa, afastando a possibilidade de demissões compulsórias e de diminuição de salários. Mas o preço a ser pago por esta "vitória" parcial e momentânea ainda não está claro e pode acabar custando caro aos

trabalhadores.

O diretor de recursos humanos da Volks, Fernando Tadeu Perez, declarou que as duas propostas juntas (demissão voluntária e o banco de horas) resolvem a "metade" do problema da empresa, ou seja, representam uma economia de R\$ 100 milhões, metade dos R\$ 200 milhões que a empresa quer economizar com a folha de pagamento, que hoje é da ordem de R\$ 1,3 bilhão, incluídos os benefícios indiretos.

E são justamente os benefícios indiretos que incidem sobre o ganho anual do trabalhador que a Volks colocou na guilhotina. Na lista dos benefícios "negociados" estão o abono pecuniário (o funcionário perde o direito de vender 10 dias de suas férias); as horas extras e o adicional noturno (terão seus valores reduzidos); a primeira parcela do 13º (que terá o pagamento adiado); os subsídios com alimentação, transporte e assistência médica (serão diminuídos ou até mesmo suprimidos), além de outras medidas que, segundo os cálculos do Sindicato, podem representar 10% dos ganhos anuais de um metalúrgico da Volks.

Só os ganhos dos trabalhadores foram postos em negociação. O lucro da empresa continua sendo tabu nas mesas de negociação, "imexível" — como diria o nada sau-



Operários na saída da Volks de São Bernardo, dia 9

doso ex-ministro *collorido* Rogério Magri.

Malandragem patronal

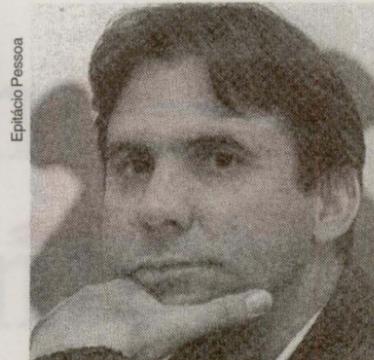
O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, afirma que a Volkswagen está se apoiando no argumento da crise gerada pelas medidas do governo para antecipar um corte que já estava programado: "A Volks está malandramente tentando aproveitar da situação para iniciar seu processo de reestruturação".

"Todo o esforço é para manter a fábrica da Anchieta em

funcionamento. Nós temos garantias até o ano 2000 e a intenção era discutir a reestruturação com calma, mas o pacote do governo acabou atropelando tudo", afirmou Marinho à imprensa. Segundo ele, o sindicato foi procurado pela empresa antes da crise para negociar o processo de reestruturação da fábrica de São Bernardo do Campo.

Benefícios para os empresários

Ao mesmo tempo em que ataca os direitos dos trabalhadores, a indústria automobilística



Marinho: "jogada da Volks"

ca investe na instalação de novas fábricas, como a própria Volkswagen, em Resende (RJ), a Ford, Fiat, GM, Honda e outras pelo Brasil afora. Os benefícios fiscais que as montadoras de veículos recebem da União, dos Estados e municípios onde se instalam são verdadeiros presentes que significam milhões em economia para as empresas e representam milhões de reais a menos nos cofres públicos.

O argumento de que a instalação das novas fábricas trará desenvolvimento e empregos já caiu de podre. Segundo avaliação dos pesquisadores da indústria automobilística, Glauco Arbib e Mauro Zilbovicius, autores e organizadores do livro "De JK a FHC - Reinvenção dos Carros", daqui a três anos, apesar de todos os incentivos do governo à indústria, o número de empregos diretos ficará reduzido a, no máximo, 90 mil. Hoje, a indústria automobilística emprega cerca de 106 mil trabalhadores.

Resistência dos trabalhadores deve ser mais ampla

Vital Nolasco*

No final do ano passado a Volkswagen anunciou a intenção de demitir cerca de 10 mil trabalhadores e ofereceu como alternativa a redução de salário. Imediatamente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC organizou a resistência. Foram realizadas várias assembleias e protestos. Enquanto os metalúrgicos do ABC resistiam, na capital Luiz Medeiros, da Força Sindical, fazia um conchavo com os patrões e impunha aos trabalhadores um acordo vergonhoso de redução de salário. O que ocorre na Volks são reflexos da crise do sistema capitalista: de um lado a superprodução e de outro a exclusão de grande parte da população. A Volks vem en-

frentando a concorrência crescente de outras montadoras, como a Fiat, que consegue fabricar seus produtos a um custo menor, pagando salários menores e produzindo em tempos mais curtos. Esses e outros fatores são agravados com a recente crise financeira que abalou várias economias. Inclusive a nossa.

O governo de FHC duplicou a taxa de juros, que já era alta, aumentou impostos e tomou uma série de medidas com o objetivo de transferir renda da população para o setor financeiro.

As classes dominantes procuram fazer com que os trabalhadores paguem pela crise. Não é por acaso que o governo da Coreia do Sul anuncia mudanças na sua legislação trabalhista facilitando a demissão

dos trabalhadores. Aqui no Brasil o Senado aprovou o projeto de contrato temporário de trabalho. A receita é a mesma: mais arrocho e menos direitos para os trabalhadores.

Aos operários não resta outra alternativa a não ser resistir a essa ofensiva. Repudiar com veemência a postura traiadora da Força Sindical que deixa os trabalhadores reféns do desemprego, e faz o jogo dos patrões, que querem diminuir os custos na hora de demitir os trabalhadores.

A mobilização ainda é pequena frente à enorme ofensiva do capital. O que se conseguiu foi ganhar um pouco de tempo, sem contudo afastar a hipótese da demissão. A situação vai apontando para a necessidade de movimentos cada vez maiores e até para greves

gerais e greves de ocupação como formas de denúncia. Desde já temos a obrigação de preparar a marcha pelo emprego que foi aprovada no encontro contra o neoliberalismo. Temos que tomar providências concretas, ir convocando e organizando os desempregados e empregados de cada categoria para participarem da marcha.

Ganha também maior importância a batalha política eleitoral. O movimento sindical não pode ficar alheio. Temos que impor uma derrota a FHC e a seu famigerado projeto. É fundamental elegermos uma grande bancada de esquerda no Congresso, que conte com a presença destacada dos comunistas.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois
secretariado do Comitê Central

C

a

p

i

b

a



Inácio França

De tanto se falar que Capiba foi um dos mais importantes compositores de frevo, quase não se conhece o outro lado da extensa obra deste pernambucano que morreu na manhã de 31 de dezembro, aos 93 anos. Poucos conhecem a originalidade e a importância de suas composições. O crítico musical Tárik de Souza confirma: “A obra de Capiba é básica para a música de Pernambuco e fundamental para a MPB”.

Capiba, ou Lourenço da Fonseca Barbosa, nasceu na mesma cidade de Chacrinha, Surubim. Com oito anos, depois de passar pelo Recife, sua família foi morar em Taperoá, Paraíba. Seu pai, o mestre Anastácio, era regente e professor da modesta banda local, e ensinou os 13 filhos a tocar vários instrumentos. Aos 9 anos, Lourenço se apresentava tocando trompa e já era conhecido pelo apelido herdado do avô. Capiba significava que o sujeito era esquentado, valente.

Com 14 anos, em Campina Grande, Capiba foi informado pelo pai que iria substituir a irmã mais velha como pianista do cinema mudo da cidade – ele nunca havia tocado piano na vida. Bastaram 11 dias de aulas para aprender a executar com per-

feição sete valsas. Era o início do relacionamento com seu instrumento preferido. Como pianista de cinema e comandando *jazz bands* o jovem músico foi parar na capital, João Pessoa, onde morou até os 26 anos.

Prestou concurso para o Banco do Brasil, emprego que, no início dos anos 30, era sinônimo de excelentes salários. Passou e mudou para o Recife, onde ficou na agência central. Na capital pernambucana, durante 4 anos, não deu muita atenção ao frevo – paixão de 10 entre 10 pernambucanos – e fundou a *Jazz Band Acadêmica*. Para justificar o nome da orquestra, ingressou no curso de Direito. Demorou 7 anos para se formar, mas nem se deu ao trabalho de pegar o diploma de advogado.

Capiba fez as damas e cavalheiros da conservadora e racista sociedade pernambucana se deliciarem com aquilo que chamavam pejorativamente de *música de negro*. Muito antes de Chico Science e Alceu Valença nascerem, ele percebeu a riqueza do maracatu e o inovou, compondo *É de Tororó*, em 1932. Substituiu os tradicionais tambores, marca registrada do maracatu, pelo piano e metais. Até hoje os críticos se empolgam com a criatividade dos arranjos desta canção.

A vez do frevo

O frevo entrou na vida de Capiba em 1934, graças a um concurso de músicas de carnaval promovido pela prefeitura da capital e por um jornal. Mesmo sem experiência com este ritmo, considerado de difícil elaboração e execução, conquistou o primeiro lugar com o antológico *É de amargar*. O sucesso foi imediato. O compositor foi carregado nos braços da porta do teatro à rua Nova. “Até os papagaios aprenderam a cantar os versos dessa música”, afirmava com orgulho pouco antes de morrer.

A vez do frevo

A partir daí, nos meses que antecediam ao carnaval, a população do Recife vivia a expectativa: qual seria a nova música de Capiba? *É de amargar* até hoje é tocada pelas bandas de metais. Em 1936 vieram *Quem vai para Farol é o bonde de Olinda*, ou simplesmente *Bonde de Olinda*. A letra desta música virou ditado popular em Pernambuco. O sucesso popular se repetiu nas cinco décadas seguintes com *Linda flor*

da madrugada, *A pisada é essa*, *Cala a boca menino*, *Frevo e ciranda*, *Trombone de prata*, *Juventude dourada*, *Oh bela*.

Além do carnaval

Capiba continuou compondo suas valsas, boleros, suítes e maracatus. Em meados da década de 50 se aperfeiçoou com o lendário maestro Guerra Peixe. No final dos anos 50 recebeu do poeta Carlos Pena Filho um poema intitulado *A mesma rosa amarela*, com o qual fez um samba-canção que iria entrar para a história como precursor da bossa nova.

Na década de 60, participou dos festivais da canção em parceria com Ariano Suassuna. Ficou em quinto lugar no II Festival Internacional da Canção, em 1967, com a música *São os do Norte os que vêm*. Na década de 70, com Suassuna, se tornou a referência musical que o Movimento Armorial, iniciado pelo escritor, precisava. Compôs a *Peça armorial sem lei nem rei* e a *Grande missa armorial*.

Há três anos, faltou pouco para que o público brasileiro conhecesse a obra não carnavalesca de Capiba. O violonista Rafael Rabello iniciou um projeto, patrocinado pelo Banco do Brasil, para resgatar a música de Capiba nas vozes de Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Alceu Valença e Maria Betânia (que, aliás, foi batizada em homenagem a uma música de Capiba com esse nome). A renda seria destinada à campanha contra a fome, do Betinho. Rabello morreu antes e o projeto emperrou. Segundo Tárik de Souza, “o disco é ótimo. Estava com nove faixas prontas quando Rafael me entregou uma fita para que eu pudesse escrever o texto de apresentação. Espero que agora, com a morte de Capiba, a idéia renasça”.

REFERÊNCIA DA MÚSICA PERNAMBUCANA

Capiba foi um marco para o frevo. Será por muito tempo um referencial da música em Pernambuco. Ele tinha uma alegria que contagiava. É assim que Toninho Alves, um dos membros do Quinteto Violado, desde a sua formação, fala de Capiba.

Como você vê a perda de Capiba?

Apesar da tristeza que nos causa, acredito que este é um momento de buscar novos nomes para o frevo em Pernambuco. É uma oportunidade de se rever, de criar e de recriar, de uma transformação.

O que você quer dizer quando fala de transformação?

Falo de mudanças concretas nas temáticas, nas letras e mesmo na linguagem musical. Acho, inclusive, que o músico pernambucano tem este compromisso com Capiba nesta transformação, para que o frevo não morra.

Sempre que se fala de Capiba, fala-se em frevo, mas ele compôs outras coisas, não é?

É verdade. Capiba atravessou um longo período da história da música brasileira. Embora pouco se divulgue, Capiba foi um grande compositor da Bossa Nova. Além disso, ele também compôs várias peças para sinfônica, e muitas coisas ligadas ao folclore. O grande problema é que há pouca documentação dos seus trabalhos. É preciso um trabalho de resgate. Recentemente estive no ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição Autorais) e vi várias das suas músicas na relação de autores desconhecidos.

Quais as músicas que você mais gosta na obra de Capiba?

Gosto muito de “Juventude Dourada”, porque traz um tema moderno para o frevo, de “Maria Betânia”, e especialmente de “Frevo e Ciranda” porque introduziu a ciranda, que é outro ritmo, ao frevo.